

Tribunal dos Povos julga Brasil culpado por devastar a Amazônia

PATRICIA SABOIA
Especial para O GLOBO

PARIS — Sentado no banco dos réus, o Brasil ouviu ontem a sentença do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) — ligado à Liga Internacional pelos Direitos e Libertação dos Povos, órgão com status consultivo na ONU — de que é duplamente culpado: por adotar um modelo econômico predatório para a Amazônia e por "violações graves e reiteradas dos direitos fundamentais".

Após um julgamento que se prolongou por quatro dias e reuniu, em Paris, 11 jurados de vários países, o Brasil acabou tendo como companheiros de condenação os sete países mais ricos do Mundo, as empresas multinacionais, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e os grandes grupos nacionais.

Embora afirme, em sua sentença, que "os atentados à vida e à integridade das comunidades indígenas foram suficientemente demonstrados", o Tribunal Internacional dos Povos, no entanto, não condenou o Brasil por genocídio dos índios, como queria o "promotor" Fábio Feldman (Deputado do PSDB-SP). A sentença argumenta que "não foi caracterizado o elemento intencional" na destruição das tribos indígenas.

Como explicou à imprensa o advogado de defesa, o professor Dalmo Dallari, o tribunal vem se abstendo de usar termos como "condenação" para não se indispor com os países envolvidos, preferindo adotar uma postura de "colaboração".

Isto fica claro no documento que faz nada menos de 16 recomendações ao Governo brasileiro, onde o tribunal adverte, por exemplo, que deve se "velar para a punição efetiva e rápida dos responsáveis por atos que levaram à morte rápida grande número de ianomânis e membros de outros grupos indígenas". O TPP adverte que, se não forem tomadas providências, a intenção de dizimar os índios ficará evidenciada.

A platéia de cerca de 150 pessoas, entre elas a Primeira Dama francesa Danielle Mitterrand e o Nobel Adolfo Peres Esquivel, ouviu do Presidente do júri, o professor belga François Rigaux, críticas severas à Comunidade Econômica Europeia e aos órgãos financiadores de projetos, por crimes contra a Amazônia, por terem concedido financiamentos para a região sem um mínimo de cuidado.

Entre as recomendações do documento ao Governo brasileiro, ressaltam a criação do Conselho de Política Indigenista, a demarcação das terras indígenas, a abolição dos decretos que reduziram as terras ianomânis, a proibição de técnicas que contaminem as águas por mercúrio e a destruição das matas:



O modelo econômico predatório, que prevê o desmatamento, foi ressaltado

Itamaraty diz que o País já mudou

BRASÍLIA — Apesar de considerar que a decisão do Tribunal Permanente dos Povos não é uma matéria governamental, o porta-voz do Itamaraty, Vicente Pimentel, disse ontem que é preciso um trabalho de longo prazo para mudar a imagem do Brasil no exterior.

Ele explicou que o Governo do Presidente Collor está trabalhando com todo empenho para mostrar que o País mudou e tem adotado medidas coincidentes com as regras internacionais, voltadas para o bem-estar social e a preservação ambiental.

— Tradicionalmente, a imagem do

Brasil no exterior é ruim. Equívocos cometidos por Governos passados na área social e de meio ambiente foram responsáveis pela situação atual. É evidente que não temos a pretensão de mudar essa imagem de um momento para outro, mas podemos afirmar que em matéria de meio ambiente e de projetos sociais, o Brasil é hoje um País de vanguarda — disse Vicente Pimentel, citando como exemplos a presença José Lutzenberg, na Secretaria Nacional de Meio Ambiente, e a criação do Ministério da Criança.

Anúncio anti-Bird destaca Rondônia

A entidade ecologista americana Rainforest Action Network deu início a uma grande campanha contra o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que acusam de "principais arquitetos da destruição ambiental". Em anúncio de página inteira no "New York Times", a organização conclama os leitores a enviarem para congressistas cupons pedindo o bloqueio de fundos destinados às instituições financeiras.

"Como o dinheiro de seus impostos destrói as florestas" e "Parem de financiar o Banco Mundial e o FMI agora" são os dizeres que encabeçam o anúncio. Para os ecologistas, os empréstimos cedidos pelo Bird e pelo FMI a países do Terceiro Mundo servem para custear programas de desenvolvimento equivocados, que desprezam a segurança do meio ambiente.

O Brasil é um dos países citados como exemplo, ao lado de Índia e Indonésia. A principal ilustração do anúncio mostra um grupo de indígenas de Rondônia, com texto explicativo denunciando o desmatamento. De acordo com a entidade, 80% da área florestal do Estado desaparecerá até o fim do século.

Sediada em São Francisco, a Rainforest Action Network é vinculada ao organismo internacional de defesa das florestas tropicais Rainforest World Movement.